
DÖHLER S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Empresa DÖHLER S.A. é uma Companhia aberta e está registrada na Bovespa. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.683.408/0001-03, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 4230000515-1. Está sediada na cidade de Joinville (SC), Rua Arno Waldemar Döhler, nº 145, Zona Industrial Norte, CEP 89.219-902.

A DÖHLER S.A. tem como atividade preponderante a fabricação de tecidos de fibras de algodão, artificiais, sintéticas ou mistas para uso doméstico ou industrial, seus artefatos e respectiva comercialização.

A emissão destas demonstrações financeiras consolidadas foi autorizada pela Administração em 27 de janeiro de 2014.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, dessa forma, não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo custo ou valor justo.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Döhler S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		31/12/2012	31/12/2013
Comfio – Cia. Catarinense de Fiação.	Brasil	99,62%	99,62%
Döhler USA Inc.	USA	100,00%	100,00%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- c) Eliminação das receitas e das despesas, do custo de estoques que corresponderem a resultados ainda não realizados, de negócios entre as sociedades; e,
- d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não-Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4. Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não-monetários pelas taxas da data da transação.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, registradas aos valores de custo acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do período, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.6. Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são, não-derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não-circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os juros calculados com base no método da taxa efetiva, os ganhos ou perdas com variação cambial, e as perdas por redução ao valor recuperável quando aplicável, são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes, enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.7. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos, mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, ajustado pela provisão para perdas se necessária.

3.8. Estoques

Os estoques são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total para os custos industriais, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. A análise para a constituição de provisão considera a aplicabilidade, a capacidade de recuperação, realização e sinais de obsolescência.

3.9. Investimentos

Os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão avaliados pelo método do custo, reduzidos ao seu valor recuperável quando aplicável.

3.10. Imobilizado

A Companhia, com o objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a avaliação pelo custo atribuído. Os ativos não avaliados pelo custo atribuído são avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. Estão inclusos os custos incorridos dos empréstimos durante o período de construção, modernização e expansão de unidades industriais.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando ocorridos. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. A vida útil econômica dos bens é revisada periodicamente com objetivo de adequar as taxas de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

3.12. Avaliação a valor recuperável de ativos

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e as suas controladas têm a obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas periodicamente observadas as suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

3.16. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real e lucro presumido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.17. Subvenções Governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de

acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito nas notas explicativas 19 e 29. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade no regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas, e os valores que foram financiados são registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

3.18. Benefícios a Empregados

A empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados de até 10% do lucro líquido consolidado após os impostos, com base em programa devidamente aprovado pelo sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.19. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de venda de produtos e serviços é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e é provável que benefícios econômicos serão gerados a favor da Companhia.

3.21. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

NOTA 4 - JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) créditos de liquidação duvidosa são provisionados e posteriormente lançados para perdas quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos estoques;
- c) revisão da vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis e de sua recuperação nas operações;
- d) mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa;
- f) as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

NOTA 5 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento as Deliberações CVM nº 604 de 19 de novembro de 2009, e 684 de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnico CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas revisaram os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Aplicações Financeiras:** As aplicações são classificadas como mantidas para negociação ou como caixa e equivalentes de caixa, quando resgatáveis em curtíssimo prazo (inferior a 90 dias). Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado, com as variações nesses valores refletidas na demonstração do resultado.
- c) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- d) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- e) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, preço de commodities (algodão), câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

• Risco de crédito

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

• Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

• Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

• **Risco de Preço de Commodities (algodão)**

A Companhia possui contratos de compra de algodão com entregas futuras programadas e preço determinado. Em 31 de dezembro de 2013, o montante contratado é de R\$ 25.329.

• **Risco de Exposição Cambial**

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil de US\$ 3.667, cuja composição encontra-se detalhada no quadro de “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial” desta Nota Explicativa.

• **Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros**

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, apresentamos a seguir demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio. A Companhia adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente na elaboração destas demonstrações financeiras.

Descrição da Operação	31/12/2013	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Clientes no Mercado Externo	12.023	12.023	9.018	6.012
Cambial Disponível	1.206	1.206	905	603
Adiantamento Contrato de Câmbio	(3.944)	(3.944)	(2.958)	(1.972)
Financiamentos Exterior	(101)	(101)	(76)	(51)
Fornecedores Exterior	(593)	(593)	(445)	(297)
Exposição Líquida - R\$	8.591	8.591	6.444	4.295
Ganho/Perda			(2.147)	(4.296)
Exposição Líquida - US\$	3.667	3.667	3.667	3.667
Taxa Dólar	2,3426	2,3426	1,7570	1,1713

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentaram riscos relevantes, e portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução CVM nº 475/08 e Deliberação CVM nº 550/08.

NOTA 6 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
ATIVOS FINANCEIROS				
Mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado				
Caixa e Equivalentes de Caixa	46.954	59.480	58.239	63.725
Recebíveis				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.632	1.795	4.970	2.010
Contas a Receber de Clientes	95.924	86.263	94.206	85.063
Depósitos Judiciais	657	428	704	458
	101.213	88.486	99.880	87.531
Disponíveis para Venda				
Ações	886	935	1.429	1.508
TOTAL ATIVOS FINANCEIROS	149.053	148.901	159.548	152.764
PASSIVOS FINANCEIROS				
Outros Passivos Financeiros				
Fornecedores	17.632	15.811	9.298	10.032
Empréstimos e Financiamentos	19.873	35.287	19.873	35.287
TOTAL PASSIVO FINANCEIRO	37.505	51.098	29.171	45.319

NOTA 7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e Bancos Conta Movimento	3.426	1.058	3.764	1.273
Aplicações Financeiras	46.954	59.480	58.239	63.725
Cambial Disponível	1.206	737	1.206	737
Total de Caixa e Equivalentes	51.586	61.275	63.209	65.735

NOTA 8 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Contas a Receber de Clientes	97.787	87.933	98.376	88.187
Contas a Receber de Empresas Ligadas	2.307	1.454	-	-
Cambial Disponível	(1.206)	(737)	(1.206)	(737)
Impairment (Provisão para Perdas)	(2.964)	(2.387)	(2.964)	(2.387)
Contas a Receber de Clientes	95.924	86.263	94.206	85.063
Adiantamentos	7.298	4.655	7.550	5.050
Outros Créditos a Receber	6	524	20	545
Créditos a Receber	7.304	5.179	7.570	5.595
Parcela Circulante	103.228	91.442	101.776	90.658
Valores Mobiliários	886	935	1.429	1.508
Outras Contas a Receber	7	10	13	18
Outros Créditos	893	945	1.442	1.526
Parcela Não-Circulante	893	945	1.442	1.526
Total a Receber de Clientes	95.924	86.263	94.206	85.063
Total das Demais Contas a Receber	8.197	6.124	9.012	7.121
Total Geral	104.121	92.387	103.218	92.184
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Aging List Contas a Receber de Clientes				
Vencidos em até 180 dias	7.138	7.109	5.496	5.664
Vencidos acima de 180 dias	3.363	2.298	3.363	2.298
A vencer em até 60 dias	66.577	61.012	66.501	61.209
A vencer entre 60 e 120 dias	19.366	16.858	19.366	16.906
A vencer acima de 120 dias	2.444	1.373	2.444	1.373
Contas a Receber de Clientes	98.888	88.650	97.170	87.450
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Contas a Receber por Tipo de Moeda				
Reais	86.865	77.322	86.869	77.325
US\$	12.023	11.328	10.301	10.125
Contas a Receber de Clientes	98.888	88.650	97.170	87.450
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Movimentação da Provisão Impairment				
Saldo Anterior	2.387	2.562	2.387	2.562
Títulos Baixados Contra a Provisão	(392)	(476)	(392)	(476)
Provisão Constituída Durante o Exercício	969	301	969	301
Saldo Impairment (Provisão para Perdas)	2.964	2.387	2.964	2.387

NOTA 9 - ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Produtos Acabados	25.591	20.856	27.357	22.377
Produtos em Elaboração	27.802	24.940	28.084	25.198
Matérias Primas	38.808	33.628	38.845	34.906
Materiais Diversos	8.326	7.489	10.094	9.147
Provisão p/Redução ao Valor Recuperável dos Estoques	(1.157)	(330)	(1.157)	(330)
Lucro não Realizado nos Estoques	-	-	(520)	-
Total dos Estoques	99.370	86.583	102.703	91.298

NOTA 10 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ e CSLL a Compensar	4.003	2.333	4.061	2.408
IPI	442	515	592	634
ICMS Sobre Ativo Imobilizado	725	1.260	797	1.344
ICMS	-	-	705	1.929
Outros Tributos	783	689	785	689
Parcela Circulante	5.953	4.797	6.940	7.004
Créditos Refis - Cômite Gestor	5.713	5.713	5.713	5.713
ICMS sobre Ativo Imobilizado	441	800	489	882
Créditos ICMS a Compensar	-	-	410	2.711
Parcela Não-Circulante	6.154	6.513	6.612	9.306
Total de Impostos a Recuperar	12.107	11.310	13.552	16.310

NOTA 11 - INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

Nas demonstrações financeiras da controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação em cada empresa:

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do período	48.106	48.880
Equivalência patrimonial:		
<i>Participação nos Resultados</i>	8.358	4.227
Lucros não Realizados nos Estoques	(520)	-
Patrimônio Líquido Negativo	193	204
Ajuste Conversão de Moedas	(26)	(10)
Ajuste Instrumentos Financeiros	(29)	(892)
Dividendos	(8.380)	(4.303)
Saldo no final do período	47.702	48.106

Controladora

Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado	Resultado não Realiz.	% de Participação	Patrimônio Equivalente
Em 31 de dezembro de 2012									
Comfio	Brasil	57.199	8.910	48.289	37.242	4.450		99,62%	48.106
Döhler U.S.A.	EUA	1.266	1.470	(204)	1.330	(206)		100%	(204)
		58.465	10.380	48.085	38.572	4.244			47.902
Em 31 de dezembro de 2013									
Comfio	Brasil	61.991	13.587	48.404	41.980	8.557	(520)	99,62%	47.702
Döhler U.S.A.	EUA	1.951	2.348	(397)	1.960	(167)		100%	(397)
		63.942	15.935	48.007	43.940	8.390	(520)		47.305

NOTA 12 - IMOBILIZADO

Controladora	Terrenos	Edific. e Benf.	Maquinas e Equip.	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
Taxas de Depreciação Anual		2%	3 a 5%	7 a 10%	20%			
Em 31 de dezembro de 2011								
Custo	87.224	77.332	268.069	9.159	1.648	44	4.768	448.244
Depreciação Acumulada	-	(23.155)	(187.588)	(6.297)	(1.083)	-	-	(218.123)
Valor líquido contábil	87.224	54.177	80.481	2.862	565	44	4.768	230.121
Saldo Inicial	87.224	54.177	80.481	2.862	565	44	4.768	230.121
Adições	-	-	621	274	219	-	16.822	17.936
Baixas	-	-	(534)	(125)	(26)	-	-	(685)
Transferências	-	1.478	8.671	34	54	-	(10.237)	-
Depreciação	-	(1.983)	(4.263)	(379)	(79)	-	-	(6.704)
Baixas da Depreciação	-	-	488	122	23	-	-	633
Saldo Final	87.224	53.672	85.464	2.788	756	44	11.353	241.301
Em 31 de dezembro de 2012								
Custo	87.224	78.810	276.827	9.342	1.895	44	11.353	465.495
Depreciação Acumulada	-	(25.138)	(191.363)	(6.554)	(1.139)	-	-	(224.194)
Valor líquido contábil	87.224	53.672	85.464	2.788	756	44	11.353	241.301
Saldo Inicial	87.224	53.672	85.464	2.788	756	44	11.353	241.301
Adições	-	-	1.503	818	14	-	12.304	14.639
Baixas	-	-	(1.416)	(232)	-	-	-	(1.648)
Transferências	-	847	11.773	925	-	-	(13.545)	-
Depreciação	-	(2.003)	(4.732)	(457)	(91)	-	-	(7.283)
Transferências - Depreciação	-	-	611	(611)	-	-	-	-
Baixas da Depreciação	-	-	1.242	180	-	-	-	1.422
Saldo Final	87.224	52.516	94.445	3.411	679	44	10.112	248.431
Em 31 de dezembro de 2013								
Custo	87.224	79.657	288.687	10.853	1.909	44	10.112	478.486
Depreciação Acumulada	-	(27.141)	(194.242)	(7.442)	(1.230)	-	-	(230.055)
Valor líquido contábil	87.224	52.516	94.445	3.411	679	44	10.112	248.431

Consolidado	Terrenos	Edifíc. e Benf.	Maquinas e Equip.	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
Taxas de Depreciação Anual		2%	3 a 5%	7 a 10%	20%			
Em 31 de dezembro de 2011								
Custo	99.361	97.148	313.587	9.987	1.683	44	5.793	527.603
Depreciação Acumulada	-	(29.693)	(225.720)	(7.027)	(1.118)	-	-	(263.558)
Valor líquido contábil	99.361	67.455	87.867	2.960	565	44	5.793	264.045
Saldo Inicial	99.361	67.455	87.867	2.960	565	44	5.793	264.045
Adições	-	-	830	315	258	-	19.198	20.601
Baixas	-	(9)	(1.528)	(162)	(26)	-	-	(1.725)
Transferências	-	2.385	9.099	37	54	-	(11.575)	-
Depreciação	-	(2.537)	(4.630)	(391)	(81)	-	-	(7.639)
Baixas da Depreciação	-	9	1.435	160	24	-	-	1.628
Saldo Final	99.361	67.303	93.073	2.919	794	44	13.416	276.910
Em 31 de dezembro de 2012								
Custo	99.361	99.524	321.988	10.177	1.969	44	13.416	546.479
Depreciação Acumulada	-	(32.221)	(228.915)	(7.258)	(1.175)	-	-	(269.569)
Valor líquido contábil	99.361	67.303	93.073	2.919	794	44	13.416	276.910
Saldo Inicial	99.361	67.303	93.073	2.919	794	44	13.416	276.910
Adições	-	-	1.533	836	14	-	13.422	15.805
Baixas	-	-	(2.701)	(232)	-	-	-	(2.933)
Reclassificação	-	-	-	(63)	-	-	-	(63)
Transferências	-	867	14.577	925	-	-	(16.369)	-
Depreciação	-	(2.563)	(5.146)	(472)	(94)	-	-	(8.275)
Reclassificação - Depreciação	-	-	-	53	-	-	-	53
Transferências - Depreciação	-	-	611	(611)	-	-	-	-
Baixas da Depreciação	-	-	2.477	180	-	-	-	2.657
Saldo Final	99.361	65.607	104.424	3.535	714	44	10.469	284.154
Em 31 de dezembro de 2013								
Custo	99.361	100.391	335.397	11.643	1.983	44	10.469	559.288
Depreciação Acumulada	-	(34.784)	(230.973)	(8.108)	(1.269)	-	-	(275.134)
Valor líquido contábil	99.361	65.607	104.424	3.535	714	44	10.469	284.154

A Companhia procedeu a Revisão Anual da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na determinação da revisão da política de estimativa de vida útil, os principais critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, política de manutenção, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

NOTA 13 - INTANGÍVEL

Software	Controladora	Consolidado
Taxa de Amortização Anual	10%	10%
Em 31 de dezembro de 2011		
Custo	2.400	2.832
Amortização Acumulada	(1.270)	(1.316)
Valor líquido contábil	1.130	1.516
Saldo Inicial	1.130	1.516
Adições	330	330
Baixas	(5)	(5)
Amortização	(301)	(386)
Baixas da Amortização	5	5
Saldo Final	1.159	1.460
Em 31 de dezembro de 2012		
Custo	2.725	3.157
Amortização Acumulada	(1.566)	(1.697)
Valor líquido contábil	1.159	1.460
Saldo Inicial	1.159	1.460
Adições	429	429
Reclassificação	-	63
Amortização	(320)	(406)
Reclassificação - Amortização	-	(53)
Saldo Final	1.268	1.493
Em 31 de dezembro de 2013		
Custo	3.154	3.649
Amortização Acumulada	(1.886)	(2.156)
Valor líquido contábil	1.268	1.493

NOTA 14 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”. Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2013 a empresa realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, não sendo identificadas perdas por “*impairment*”.

NOTA 15 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Contas a Pagar a Fornecedores	8.066	8.767	9.298	10.032
Contas a Pagar a Empresas Ligadas	9.566	7.044	-	-
Contas a Pagar a Fornecedores	17.632	15.811	9.298	10.032
Comissões a Pagar	4.515	3.575	4.515	3.575
Passivos com Partes Relacionadas	2.328	2.094	1.935	1.894
Outras Contas a Pagar	659	596	705	623
Outras Obrigações a Pagar	7.502	6.265	7.155	6.092
Parcela Circulante	25.134	22.076	16.453	16.124
Contingências Passivas	685	324	705	324
Parcela Não-Circulante	685	324	705	324
Total a Pagar a Fornecedores	17.632	15.811	9.298	10.032
Total de Outras Contas a Pagar	8.187	6.589	7.860	6.416
Total Geral	25.819	22.400	17.158	16.448
Contas a Pagar a Fornecedores	17.632	15.811	9.298	10.032

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Contas a Pagar por Tipo de Moeda				
Reais	17.531	15.766	9.197	9.987
US\$	101	45	101	45
Contas a Pagar a Fornecedores	17.632	15.811	9.298	10.032

NOTA 16 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos Anuais	Moeda	Controladora		Consolidado	
			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
NO BRASIL						
Circulante						
Capital de Giro	Juros de 5,50 a.a.	Reais	7.382	20.504	7.382	20.504
Adiantamentos de Câmbio	Juros 2,65% a 3% a.a. (+) V.C.	Dolares	3.943	8.257	3.943	8.257
Financiamento Imobilizado	Juros de 2,5% a.a. + EURIBOR	Euros	398	-	398	-
Finep	Juros de 4% a.a.	Reais	968	506	968	506
Total Circulante			12.691	29.267	12.691	29.267
Não-Circulante						
Prodec	Ufir	Reais	3.315	2.808	3.315	2.808
Financiamento Imobilizado	Juros de 2,5% a.a. + EURIBOR	Euros	195	-	195	-
Finep	Juros de 4% a.a.	Reais	3.672	3.212	3.672	3.212
Total Não-Circulante			7.182	6.020	7.182	6.020
Total de Empréstimos e Financiamentos			19.873	35.287	19.873	35.287

Empréstimos e Financiamento por Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	29.296	-	29.296
2014	12.664	670	12.664	670
2015	2.155	1.614	2.155	1.614
2016	2.767	2.381	2.767	2.381
2017	1.012	505	1.012	505
2018 em diante	1.275	821	1.275	821
	19.873	35.287	19.873	35.287

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se de seu valor justo, pois os encargos estão reconhecidos pró-rata.

Os financiamentos são garantidos por avais, penhor cedular e garantia real.

NOTA 17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de Renda a Compensar	3.260	2.302	3.318	2.377
Contribuição Social a Compensar	743	31	743	31
Total Ativo Circulante	4.003	2.333	4.061	2.408
IRPJ Diferido sobre Prejuízo Fiscal	2.553	3.385	2.553	3.385
IRPJ Diferido sobre Outras Diferenças Temporárias	3.217	2.172	3.217	2.172
IRPJ Diferido	5.770	5.557	5.770	5.557
CSLL Diferido sobre Base Negativa	682	1.002	682	1.002
CSLL Diferido sobre Outras Diferenças Temporárias	1.158	782	1.158	782
CSLL Diferido	1.840	1.784	1.840	1.784
Total Ativo Não-Circulante	7.610	7.341	7.610	7.341

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ a pagar	-	-	330	258
CSLL a pagar	-	-	157	126
Total Passivo Circulante	-	-	487	384
IRPJ Diferido sobre Custo Atribuído	38.661	39.682	38.661	39.682
IRPJ Diferido sobre Depreciação Vida Útil	8.171	5.821	8.171	5.821
IRPJ Diferido sobre Outras Diferenças Temporárias	232	10	232	10
IRPJ Diferido	47.064	45.513	47.064	45.513
CSLL Diferido sobre Custo Atribuído	13.918	14.285	13.918	14.285
CSLL Diferido sobre Depreciação Vida Útil	2.942	2.096	2.942	2.096
CSLL Diferido sobre Outras Diferenças Temporárias	13	3	13	3
CSLL Diferido	16.873	16.384	16.873	16.384
Total Passivo Não-Circulante	63.937	61.897	63.937	61.897

Conciliação do IRPJ e CSLL no Resultado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes dos Tributos sobre o Lucro	44.475	23.161	46.590	24.717
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL Calculados a Alíquota Nominal	(15.122)	(7.875)	(15.841)	(8.404)
Ajustes para Apuração do IRPJ e CSLL Efetivos:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.665	1.437	-	-
Incentivos Fiscais	4.488	2.218	4.488	2.218
Juros sobre Capital Próprio	3.790	3.085	3.790	3.085
Outros Ajustes	(214)	(1.042)	1.087	(615)
IRPJ e CSLL no Resultado	(4.393)	(2.177)	(6.476)	(3.716)
Tributos Correntes	(2.606)	(503)	(4.689)	(2.042)
Tributos Diferidos	(1.787)	(1.674)	(1.787)	(1.674)
Alíquota Efetiva	9,88%	9,40%	13,90%	15,03%

17.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pelo Conselho de Administração.

Atendendo a instrução CVM nº 371/02, referente ao registro do ativo fiscal diferido decorrente de provisões e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Companhia realizou em 31 de dezembro de 2013 a atualização do estudo técnico contendo as projeções econômico-financeiras.

	Controladora	Consolidado
2014	3.008	3.008
2015	226	226
Total	3.234	3.234

NOTA 18 - CONTINGÊNCIAS

18.1 Contingências Ativas

A Companhia e sua controlada COMFIO Cia. Catarinense de Fiação mantêm ação judicial sob nº 98.0101083-5, impetrada em 10/03/1998, em fase de Execução de Sentença, objetivando ver reconhecido o direito ao recebimento dos valores exigidos a título de Empréstimo Compulsório da Eletrobrás, desde a data do efetivo pagamento, de acordo com os índices de inflação sem qualquer expurgo até a sua efetiva restituição, acrescidos de seus consectários legais, dos respectivos valores pagos nos períodos de 1977 a 1994, que permanecem em discussão no valor de R\$ 20.238 mil.

18.2 Contingências Passivas

A Companhia e suas controladas mantêm provisões para contingências de natureza trabalhista. A administração prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

Contingências Trabalhistas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo Inicial da Provisão	324	239	324	239
Constituídas Durante o Exercício	100	149	165	149
Reversão de Provisões	(220)	(64)	(265)	(64)
Saldo Final da Provisão	204	324	224	324
Depósitos Judiciais Relacionados	(208)	(136)	(256)	(166)
Efeito Líquido	(4)	188	(32)	158

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes (Tributária, Trabalhista e Civil), cuja possibilidade de perda, avaliada pelos nossos assessores jurídicos, não exige constituição de provisão.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Tributárias	6.810	13.319	9.801	16.315
Trabalhistas	1.153	712	1.320	845
Civil	1.517	2.210	1.604	2.210
Total	9.480	16.241	12.725	19.370

NOTA 19 - RECEITAS A APROPRIAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Prodec	591	768	591	768
Finep	1.190	1.321	1.190	1.321
EGF/NPR	147	139	147	139
Total receitas a apropriar	1.928	2.228	1.928	2.228

Os valores lançados como receitas diferidas referem-se a subvenção de empréstimo subsidiado da empresa Döhler S.A., gerado pela diferença entre os encargos decorrentes do uso da taxa cobrada e a taxa de juros de mercado, que será reconhecida no resultado quando da realização das despesas destes encargos.

NOTA 20 - PARTES RELACIONADAS

20.1 Transações com Partes Relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	Ctas. a Receber		Contas a Pagar	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Comfio	7	-	9.567	7.044
Döhler U.S.A.	2.300	1.454	397	204
Controladas	2.307	1.454	9.964	7.248
Pessoas Ligadas	-	-	1.930	1.894
	2.307	1.454	11.894	9.142

	Vendas		Compras	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Comfio	448	387	40.070	36.924
Döhler U.S.A.	1.406	1.330	-	-
	1.854	1.717	40.070	36.924

Todas as transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com os parâmetros de mercado.

20.2 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

Benefícios de Curto Prazo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração de Conselheiros Fiscais	161	148	161	148
Remuneração de Diretores	3.236	3.005	3.293	3.057
Encargos Sociais dos Conselheiros Fiscais e Diretores	259	419	259	425
Saldo	3.656	3.572	3.713	3.630

NOTA 21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Capital Social

O Capital Social é de R\$ 150.000 representado por 50.430.190 ações, sendo 36.311.880 ordinárias e 14.118.310 preferenciais.

Às ações preferenciais são assegurados os direitos que a Lei confere às ações ordinárias, exceto o direito a voto e direito de serem incluídos em eventual oferta pública de alienação de controle. As preferências consistem em: a) Prioridade no reembolso do capital sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade; b) Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

21.2 Proposta de Distribuição do Resultado

A política de distribuição de dividendos e/ou juros sobre o Capital Próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos, está estabelecida na letra "c" do artigo 22 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 16/12/2013 o Conselho da Administração deliberou sobre o pagamento

de juros a título de remuneração do capital próprio a serem imputados como dividendos pela aprovação da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia propõe a seguinte distribuição:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro Líquido do Exercício	40.082	20.984
(-) Constituição de Reserva Legal - 5%	(2.004)	(1.050)
(-) Subvenção p/Investimentos	(13.200)	(6.524)
(=) Lucro Base para os Dividendos	24.878	13.410
Juros s/Capital Próprio p/ Ações Ordinárias (R\$ 0,175 bruto e R\$ 0,14875 líquido p/ação)	-	(6.354)
Juros s/Capital Próprio p/ Ações Preferenciais (R\$ 0,1925 bruto e R\$ 0,163625 líquido p/ação)	-	(2.718)
Juros s/Capital Próprio p/ Ações Ordinárias (R\$ 0,215 bruto e R\$ 0,18275 líquido p/ação)	(7.807)	-
Juros s/Capital Próprio p/ Ações Preferenciais (R\$ 0,2365 bruto e R\$ 0,201025 líquido p/ação)	(3.339)	-
Total Dividendos e Juros s/Capital Próprio	(11.146)	(9.072)
Lucros Retidos	26.932	10.862

O Lucro Líquido remanescente do exercício de 2013 no montante de R\$ 26.932, mais o saldo de lucros acumulados de R\$ 3.342 decorrente da realização do custo atribuído do imobilizado pela depreciação, destina-se à Reserva para Investimentos o valor de R\$ 17.074 para fazer face a futuros investimentos, cujo o orçamento de Capital será submetido à Assembleia Geral, e para Reserva de Subvenção para Investimentos o valor de R\$ 13.200.

NOTA 22 - RECEITAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Mercado Interno	417.241	359.431	417.552	359.748
Mercado Externo	30.676	30.294	31.231	30.083
Receita Operacional Bruta	447.917	389.725	448.783	389.831
(-) Impostos s/ Vendas e Devoluções	(79.736)	(75.960)	(80.481)	(76.153)
Receita de Vendas	368.181	313.765	368.302	313.678

NOTA 23 - DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
NATUREZA DA DESPESA				
Depreciação e Amortização	7.423	6.968	8.542	7.973
Despesas com Pessoal	92.915	89.940	110.251	107.059
Matérias Primas e Materiais de Uso e Consumo	178.364	160.504	149.423	135.437
Serviços de Terceiros	42.800	34.892	44.656	36.627
Outras Despesas Operacionais	15.781	6.835	16.921	7.288
	337.283	299.139	329.793	294.384
FUNÇÃO DA DESPESA				
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	254.341	232.792	244.295	225.821
Despesas com Vendas	55.545	45.755	56.273	46.374
Despesas Gerais e Administrativas	19.739	17.234	20.631	18.129
Outras Despesas Operacionais	7.658	3.358	8.594	4.060
	337.283	299.139	329.793	294.384

NOTA 24 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração Direta	73.452	65.390	87.263	77.443
FGTS	6.101	5.628	7.216	6.740
Plano de Saúde	5.862	5.658	6.986	6.642
Vale Transporte	1.426	1.308	1.642	1.521
Outros Benefícios	2.644	1.920	3.002	2.218
	89.485	79.904	106.109	94.564

NOTA 25 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia em seu conjunto forma uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos e confeccionados. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

NOTA 26 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas Financeiras				
Receitas de Aplicações Financeiras	5.231	4.966	5.558	5.428
Descontos Auferidos	185	214	187	216
Juros Recebidos	606	747	606	748
Juros sobre Remuneração Capital Próprio	154	151	248	244
Variações Cambiais	3.528	3.460	3.559	3.482
Total das Receitas Financeiras	9.704	9.538	10.158	10.118
Despesas Financeiras				
Despesas Bancárias	744	620	780	637
Juros de Empréstimos e Financiamentos	1.625	877	1.625	877
Variações Cambiais Passivas	2.960	2.907	2.963	2.907
Descontos Concedidos	2.104	2.779	2.104	2.779
Outras Despesas Financeiras	1.128	690	1.191	785
Total das Despesas Financeiras	8.561	7.873	8.663	7.985
Resultado Financeiro Líquido	1.143	1.665	1.495	2.133

NOTA 27 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Outras Receitas Operacionais				
Receita de Venda de Ativos Imobilizados	38	12	38	12
Receitas c/ Créditos Tributários	1.778	922	1.780	922
Receitas de Subvenções	906	369	906	369
Reversão de Provisões	222	123	269	124
Recuperação Energia Elétrica - CCEE	1.626	619	3.566	1.265
Outras Receitas	26	598	27	598
	4.596	2.643	6.586	3.290
Outras Despesas Operacionais				
Custo Baixa Ativo Imobilizado	(227)	(49)	(277)	(98)
Provisão p/Perdas nos Estoques	(827)	-	(954)	-
Constituição de Provisões Indeniz. Comissão Repres.	(481)	-	(481)	-
Provisão p/Realização a Valor de Mercado	(5)	(341)	(9)	(349)
Despesas Previdenciárias - Reabertura REFIS	(1.838)	-	(1.838)	-
Constituição de Provisões Trabalhistas	(101)	(149)	(166)	(149)
Participações Empregados	(3.768)	(1.857)	(4.458)	(2.205)
Outras Despesas	(411)	(962)	(411)	(1.259)
	(7.658)	(3.358)	(8.594)	(4.060)
Outras Receitas / Despesas Operacionais Líquidas	(3.062)	(715)	(2.008)	(770)

NOTA 28 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade de ações emitidas.

	31/12/2013	31/12/2012
Numerador		
Lucro Líquido do Exercício Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Lucro Disponível aos Acionistas Preferenciais	12.007	6.286
Lucro Disponível aos Acionistas Ordinários	28.075	14.698
	40.082	20.984
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de Ações Preferenciais Emitidas	14.118	14.118
Quantidade de Ações Ordinárias Emitidas	36.312	36.312
Total	50.430	50.430
Resultado Básico e Diluído por Ação (em Reais)		
Ação Preferencial	0,850	0,445
Ação Ordinária	0,773	0,405

NOTA 29 - INCENTIVOS FISCAIS – SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A Companhia utiliza como incentivo fiscal o crédito de ICMS presumido nas saídas de artigos têxteis, benefício que está previsto no art. 15 e 21 do Anexo 2 do RICMS/SC-01, e seu valor correspondente está sendo investido na modernização e ampliação do parque fabril. O valor de R\$ 13.200 apurado no período está reconhecido na Demonstração de Resultado do Exercício, no grupo de Deduções da Receita Bruta. Na destinação dos Lucros Acumulados, compõe as Reservas de Lucros em conta específica de Reserva de Subvenção para Investimentos, no qual não fará parte da base de cálculo para distribuição de dividendos.

NOTA 30 - PARCELAMENTO LEI Nº 11.941/09

A controladora optou em dezembro de 2013, pelo parcelamento estabelecido na Lei 11.941/09 e reabertura pela Lei 12.865/13, onde foram incluídos débitos previdenciários não parcelados anteriormente e que estavam sendo discutidos administrativamente. No mesmo período, foi reconhecido no passivo e no resultado do período o valor de R\$ 1.838, no qual aguarda a consolidação tendo optado pelo pagamento em 120 parcelas mensais.

NOTA 31 - INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR – EBITDA (LAJIDA)

Apresentamos abaixo a medição econômica LAJIDA (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização), conforme Instrução CVM nº 257/2012.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita Operacional Líquida	368.181	313.765	368.302	313.678
Custo dos Produtos Vendidos	(254.341)	(232.792)	(244.295)	(225.821)
Lucro Operacional Bruto	113.840	80.973	124.007	87.857
(-) Despesas com Vendas	(55.545)	(45.755)	(56.273)	(46.374)
(-) Despesas Gerais, Administrativas e Operacionais	(19.739)	(17.234)	(20.631)	(18.129)
(+) Outras Receitas Operacionais	4.596	2.643	6.586	3.290
(-) Outras Despesas Operacionais	(7.658)	(3.358)	(8.594)	(4.060)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	7.838	4.227	-	-
(+) Depreciação/ Amortização	7.423	6.968	8.542	7.973
EBITDA	50.755	28.464	53.637	30.557
% s/ Receita Operacional Líquida	13,79%	9,07%	14,56%	9,74%

NOTA 32 - COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Companhia e suas controladas estão segurados pelo valor de R\$ 360.000 para o conjunto de bens do Ativo Imobilizado e Estoques. A administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais e administrativas.

NOTA 33 - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 627/2013

Em 11/11/2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627, que altera a Legislação Tributária Federal sobre o IR, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. Referida Medida Provisória encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, sendo que há um número relevante de emendas propostas. Ademais, a Receita Federal do Brasil deverá disciplinar diversos dispositivos legais introduzidos pela referida legislação, razões pelas quais é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas, suprimidas ou esclarecidas. No entanto, com base no texto vigente, a Administração entende que não há efeitos contábeis relevantes a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia e acompanha a evolução do assunto e sua conversão em Lei a fim de implementar as medidas devidas.